

O SALTO DA QUALIDADE TOTAL

LUÍS NASSIF

Folha de S.Paulo, 5.12.2001

O movimento pela qualidade total começou no início dos anos 90 no Brasil. De lá para cá, produziu o que de melhor o país tem no momento. No lado privado, implantou padrão gerencial internacional para grandes empresas brasileiras, trouxe novos conceitos gerenciais para pequenas empresas, melhorou a qualidade de vida dos trabalhadores e as relações trabalhistas nas empresas. No lado público, tem permitido gradativamente a melhoria dos serviços. Como movimento, está promovendo revoluções em pequenas empresas e no setor público no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Em ambos os lados, mudou a forma de gestão das empresas, trocando a ênfase nos meios pelo foco no fim: o consumidor, o contribuinte, o cidadão.

Mesmo assim, ainda é um movimento restrito à vanguarda dos setores público e privado. Hoje, em Brasília, um grupo de empresários e homens de governo estará apresentando ao presidente da República proposta destinada a transformar o movimento pela qualidade em tema nacional. Durante a entrega do Prêmio Qualidade do Governo Federal Ciclo 2001 será proposta a criação do Movimento Brasil Competitivo, uma organização social composta por representantes da sociedade civil, do governo e do Estado, destinada a promover a qualidade no país, integrando setor privado, governo e terceiro setor.

O Prêmio Qualidade do Governo Federal surgiu há alguns anos, na gestão Bresser Pereira no Ministério da Administração, após série de artigos publicados nesta coluna e depois de o ministro assistir à solenidade de entrega dos prêmios do Movimento Gaúcho pela Qualidade.

Gradativamente o movimento passou a envolver cada vez mais empresas públicas, mas ainda sem alcançar fatias expressas do Estado. Paralelamente, desde o início da década, a Fundação Nacional do Prêmio da Qualidade (FNPQ) empreendia amplo trabalho sobre o universo das empresas brasileiras, ajudando a implantar padrão da análise e comparações.

Agora, a idéia será criar uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), figura prevista na lei 9.790/99, juntando duas pontas. Uma, a FNPQ, que manterá suas funções atuais, a ajudará a definir as formas de premiação concatenadas, como ocorre hoje em programas estaduais para a administração pública. Outra, Movimento Brasil Competitivo, antigo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), com foco na mobilização e articulação do movimento e definição de um quadro pluralista de associados. A idéia seria tornar perene o movimento, independentemente de governos, a exemplo do

que já ocorre no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, onde se tem obtido avanços fantásticos em órgãos públicos e pequenas empresas.

Essa ONG teria participação do setor privado, de organizações do terceiro setor e do governo, gestão do setor privado e a responsabilidade de disseminar o conceito de qualidade e criar indicadores de acompanhamento do setor público.

As linhas da organização serão definidas por um Conselho Superior, composto por quatro membros do setor privado, um da FNPQ e quatro do governo. O Conselho das Partes Interessadas terá 25 conselheiros, entre mantenedores de programas estaduais, FNPQ, governos e agentes representativos estaduais e de representações setoriais e organizações ligadas à infra-estrutura tecnológica, como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Dieese, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sebrae etc.

Os valores da organização, a serem inseridos nos seus estatutos, serão:

- 1) melhorar a qualidade de vida da população;
- 2) incrementar a competitividade das empresas;
- 3) buscar a excelência em gestão;
- 4) fomentar a parceria entre empresas, terceiro setor e governo;
- 5) desenvolver a sinergia dos diversos agentes;
- 6) identificar lideranças autênticas;
- 7) incrementar a busca da inovação;
- 8) reforçar o aprendizado contínuo;
- 9) ter visão de longo prazo;
- 10) apoiar o desenvolvimento sustentado.